

LOGO

A PÁGINA MÓVEL

PT, PSDB E GOVERNO ATACAM PROJETO QUE INTERNA USUÁRIO

ARNALDO BLOCH
arnaldo@oglobo.com.br

Tramita no Congresso, em regime de urgência, o projeto do médico e deputado Osmar Terra (PMDB-RS) que, se aprovado, permite que usuários de drogas, inclusive as mais leves, como a maconha, sejam internados involuntariamente, por decisão da família e/ou de um juiz, e cria cadastros dos mesmos em escolas e nos serviços de saúde. Propõe, também, aumento das penas de tráfico, mesmo em casos sem antecedentes e desvinculados do crime organizado.

Na prática, a lei institui encarceramento compulsório de um grande contingente de usuários,

sejam eles dependentes ou não, usando penas progressivas em casos de reincidência (de três para seis meses, de seis meses para um ano, e assim consequentemente).

Como a maioria dos partidos — com exceção do PT e do PSOL —, votou pela urgência, só nos últimos dias, ao se tornar clara a chance de aprovação, os deputados de outras agremiações começaram a debater mais a fundo a proposta, o que começa a gerar um núcleo de resistência.

Na última quarta-feira, a pedido do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a bancada do PSDB obstruiu a votação iminente do substitutivo, que desfigura a atual Lei de Drogas, de 2006, considerada mais progressista.

— Creio que agora outros partidos tentarão impedir a votação. Mesmo se aprovada, a lei poderá ser vetada, já que existem duas notas técnicas do governo, uma do Ministério da Saúde, outra do Ministério da Justiça, orientando pela rejeição. O projeto é manifestamente inconstitucional, por violar o direito à intimidade. — opina o deputado Paulo Teixeira (PT-SP)

Osmar Terra, o autor, prefere ver, nas trincheiras que se formam, um coro ideológico comprometido com a liberação total das drogas.

— Não há como descriminalizar a compra sem descriminalizar a venda. A evolução da descriminalização do uso é a legalização da venda legal de todas as drogas no Brasil.

Outros, como Alessandro Molon (PT-RJ), lamentam que se esteja discutindo internação compulsória em vez de aperfeiçoar a atual lei.

— Já existe a Lei 10.216/01, que prevê a internação só como último recurso. São muitos os que têm sérias dúvidas sobre a eficácia da medida, entre cientistas, psiquiatras e sociólogos.

Sociólogo e integrante da influente Comissão Latino-Americana para Drogas e Democracia, um dos vértices do atual debate internacional, Fernando Henrique Cardoso adverte:

— Se aprovado, este projeto representaria um gravíssimo retrocesso, com danos irreparáveis para a saúde das pessoas e no que tange ao respeito aos direitos humanos no Brasil. ●

RELEITADO CESSO

DROGAS &

“Com todo respeito, (...), a referida tendência ‘moderna’ das políticas sobre drogas não passa de uma colcha de retalhos de belos discursos ideológicos, que vão de Milton Friedman a Bakunin, passando pelos ideários de Foucault, da contracultura e da antipsiquiatria. O projeto está em sintonia com a vida. Cada parágrafo é baseado em evidências científicas.” **Osmar Terra, autor do projeto de lei 7663**

FH: ‘Gravíssimo retrocesso, com danos irreparáveis’

Em nota, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso assim se pronunciou sobre o assunto:

— Repressão pura e simples do consumo de drogas não funciona. Aumentar as penas e determinar a internação involuntária de usuários só agrava o problema. Usuários de drogas não são criminosos a trancafiar em prisões. Quando necessário, devem ter acesso a tratamento apropriado. Minha posição pessoal é contrária ao uso de drogas. Mas sou pragmático: o consumo só se reduz mediante informação e prevenção, tratamento e reabilitação. A droga mais usada é a maconha. Estudos internacionais comprovam que a maconha é menos danosa à saúde do que o tabaco. O consumo do tabaco vem caindo pela imposição de toda uma série de restrições ao uso de uma substância que faz mal à saúde, mas não é um crime. Droga é um tema a ser discutido por toda a sociedade, sobretudo pelos jovens, nas famílias e nas escolas. É por defender este debate que me oponho frontalmente ao projeto de lei em tramitação no Congresso que, se aprovado, representaria um gravíssimo retrocesso, com danos irreparáveis para a saúde das pessoas e o respeito aos direitos humanos no Brasil. ●

ALÉM DA LEGISLAÇÃO

“O projeto de lei criminaliza o usuário, na medida que prevê a internação compulsória, para além das hipóteses previstas na legislação atual, e ainda direciona o atendimento aos usuários de drogas para uma rede suportada, na maioria das vezes, por entidades religiosas, sem controle do Ministério da Saúde. Ele só aprofunda os equívocos da lei atual”

Paulo Teixeira, deputado federal pelo PT-SP

SUPERLOTAÇÃO

“Temos conversado com o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária e a nossa avaliação é de que o projeto vai aumentar ainda mais o problema do sistema penitenciário em todo o país, sem qualquer garantia de que isso tenha impacto positivo na luta contra as drogas”

Marivaldo Pereira, do Ministério da Justiça

USO OU TRÁFICO?

“Precisamos, sim, melhorar a lei em vigor, que é falha ao não estabelecer um critério objetivo para distinguir usuário e traficante, como a quantidade portada. Com isso, tem muito traficante sendo liberado como usuário, e muito usuário leve sendo preso por tráfico. A falta de um critério balizador gera insegurança jurídica e deixa a porta aberta para a corrupção”

Alessandro Molon, deputado federal pelo PT-RJ